

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1 – ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL ..... 37**

|                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. ATRIBUIÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL .....                       | 37 |
| 2. POLICIAMENTO OSTENSIVO EM ÂMBITO FEDERAL .....                                              | 39 |
| 2.1. Policiamento marítimo, aeroportuário e de fronteiras pela Polícia Federal.....            | 39 |
| 2.2. Atuação ostensiva da Polícia Rodoviária Federal .....                                     | 41 |
| 2.3. A Polícia Ferroviária Federal .....                                                       | 42 |
| 3. ATUAÇÃO INVESTIGATIVA DA POLÍCIA FEDERAL.....                                               | 42 |
| 3.1. Considerações iniciais .....                                                              | 42 |
| 3.2. Infrações contra a ordem política e social .....                                          | 45 |
| 3.3. Infrações envolvendo interesse federal .....                                              | 46 |
| 3.4. Infrações de repercussão interestadual e internacional que exijam repressão uniforme..... | 46 |
| 3.5. Prevenção e repressão ao tráfico ilícito de drogas, contrabando e descaminho .....        | 51 |
| 3.6. Crimes envolvendo atos de terrorismo .....                                                | 51 |
| 3.7. Inquérito Policial de Expulsão.....                                                       | 53 |
| 3.8. Polícia judiciária eleitoral.....                                                         | 53 |
| 4. SEGURANÇA PÚBLICA E ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS.....                                         | 56 |
| 4.1. Atuação permanente e cooperativa das Forças Armadas .....                                 | 56 |
| 4.2. Atuação das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) .....         | 57 |

## **CAPÍTULO 2 – INVESTIGAÇÃO NOS CRIMES FEDERAIS..... 61**

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| 1. JUIZ DAS GARANTIAS .....                  | 61 |
| 1.1. Considerações iniciais .....            | 61 |
| 1.2. Competência do juiz das garantias ..... | 63 |

|             |                                                                                                                                 |     |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.3.        | Termo inicial e final da atuação do juiz das garantias.....                                                                     | 67  |
| 1.4.        | Acesso aos autos da investigação .....                                                                                          | 69  |
| 2.          | INQUÉRITO POLICIAL NOS CRIMES FEDERAIS.....                                                                                     | 70  |
| 2.1.        | Natureza jurídica e funções do inquérito policial.....                                                                          | 70  |
| 2.2.        | É indispensável o inquérito policial? .....                                                                                     | 72  |
| 2.3.        | Procedimento escrito e inquérito eletrônico .....                                                                               | 74  |
| 2.4.        | Sigilo .....                                                                                                                    | 76  |
| 2.4.1.      | Sigilo interno e sigilo externo .....                                                                                           | 76  |
| 2.4.2.      | O direito à revelação, divulgação ou abertura dos elementos obtidos em diligências investigatórias (“right to disclosure”)..... | 80  |
| 2.5.        | Inquisitorialidade do inquérito policial .....                                                                                  | 84  |
| 2.5.1.      | Contraditório e ampla defesa na fase investigatória.....                                                                        | 84  |
| 2.5.2.      | O alcance das prerrogativas defensivas na fase investigatória .....                                                             | 86  |
| 2.6.        | Investigação de integrantes das forças de segurança pública .....                                                               | 94  |
| 2.6.1.      | Indicação de defensor.....                                                                                                      | 94  |
| 2.6.2.      | Aspectos procedimentais .....                                                                                                   | 96  |
| 2.6.3.      | Indicação de defensor pela instituição .....                                                                                    | 97  |
| 2.7.        | Conhecimento e comunicação de infração penal.....                                                                               | 99  |
| 2.7.1.      | <i>Notitia criminis</i> de cognição imediata (espontânea) .....                                                                 | 99  |
| 2.7.2.      | <i>Notitia criminis</i> de cognição mediata (provocada) .....                                                                   | 100 |
| 2.7.3.      | <i>Notitia criminis</i> de cognição coercitiva .....                                                                            | 100 |
| 2.7.4.      | <i>Delatio criminis</i> .....                                                                                                   | 101 |
| 2.7.5.      | <i>Delatio criminis</i> postulatória.....                                                                                       | 101 |
| 2.7.6.      | <i>Notitia (delatio) criminis</i> inqualificada.....                                                                            | 103 |
| 2.8.        | Registro e distribuição das comunicações de infração penal.....                                                                 | 106 |
| 2.9.        | Declínio de atribuições investigativas por parte da Polícia Federal .....                                                       | 107 |
| 2.10.       | Instauração do inquérito policial .....                                                                                         | 108 |
| 2.10.1.     | Formalidades .....                                                                                                              | 108 |
| 2.10.2.     | Início das investigações nos crimes de ação penal pública incondicionada.....                                                   | 109 |
| 2.10.2.1.   | Instauração de ofício pela autoridade policial .....                                                                            | 109 |
| 2.10.2.2.   | Instauração por requisição de autoridade judiciária ou membro do Ministério Público.....                                        | 111 |
| 2.10.2.2.1. | Requisição do Ministério Público .....                                                                                          | 111 |
| 2.10.2.2.2. | Requisição da autoridade judiciária.....                                                                                        | 112 |
| 2.10.2.2.3. | Inquérito nº 4.781 no STF (inquérito das <i>fake news</i> ) ...                                                                 | 114 |
| 2.10.3.     | Início das investigações nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal privada.....                                | 116 |
| 2.11.       | Investigação de autoridade com prerrogativa de função .....                                                                     | 119 |
| 2.11.1.     | Regra geral: (in)existência de controle judicial prévio .....                                                                   | 119 |

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.11.2. Investigação de autoridades com prerrogativa de foro no STF.....                                  | 123 |
| 2.11.3. Descoberta fortuita de coinvestigados detentores de foro por prerrogativa de função .....         | 125 |
| 2.12. Investigação de magistrados e membros do Ministério Público .....                                   | 128 |
| 2.13. Atribuições e poderes do Delegado de Polícia no inquérito policial .....                            | 132 |
| 2.13.1. Independência funcional do Delegado de Polícia .....                                              | 132 |
| 2.13.2. Poderes instrutórios, requisitórios e capacidade postulatória do Delegado de Polícia.....         | 134 |
| 2.14. Prazo para conclusão do inquérito nos crimes federais.....                                          | 137 |
| 2.14.1. Considerações gerais .....                                                                        | 137 |
| 2.14.2. Prorrogação do prazo para conclusão do inquérito quando o investigado está em liberdade.....      | 138 |
| 2.14.3. Prorrogação do prazo para conclusão do inquérito quando o investigado está preso.....             | 139 |
| 2.14.4. Prorrogação do prazo para conclusão do inquérito em caso de prisão temporária.....                | 140 |
| 2.14.5. Termo inicial da contagem do prazo para a conclusão do inquérito .....                            | 142 |
| 2.14.6. Autoridade competente para apreciar pedidos de dilação de prazos .....                            | 143 |
| 2.15. Tramitação direta do inquérito policial entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal..... | 146 |
| 2.16. Indiciamento e desindiciamento.....                                                                 | 147 |
| 2.17. Relatório e conclusão do inquérito policial .....                                                   | 150 |
| 2.18. Arquivamento do inquérito policial.....                                                             | 151 |
| 2.18.1. Procedimento anterior à Lei nº 13.964/2019.....                                                   | 151 |
| 2.18.2. Procedimento posterior à Lei nº 13.964/2019.....                                                  | 154 |
| 2.18.2.1. Panorama legislativo.....                                                                       | 154 |
| 2.18.2.2. Interpretação do STF e regulamentação atual .....                                               | 156 |
| 2.18.2.3. Remessa ao órgão revisor.....                                                                   | 158 |
| 2.18.2.4. Desarquivamento.....                                                                            | 160 |
| 2.18.3. Arquivamento implícito e arquivamento indireto.....                                               | 161 |
| 2.18.4. Arquivamento do inquérito nos crimes de ação penal originária do STF.....                         | 162 |
| 3. INVESTIGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.....                                                      | 164 |
| 3.1. Poderes investigatórios do Ministério Público.....                                                   | 164 |
| 3.2. Notícia de fato criminal.....                                                                        | 170 |
| 3.3. Procedimento Investigatório Criminal (PIC) .....                                                     | 172 |
| 3.3.1. Aspectos conceituais.....                                                                          | 172 |
| 3.3.2. Aspectos procedimentais .....                                                                      | 174 |
| 3.3.3. Direitos dos investigados .....                                                                    | 175 |

|          |                                                                                                                      |     |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3.4.   | Direitos das vítimas .....                                                                                           | 176 |
| 3.3.5.   | Arquivamento.....                                                                                                    | 177 |
| 3.4.     | Declínio e conflito de atribuições entre Ministérios Públicos .....                                                  | 180 |
| 3.4.1.   | Declínio de atribuições.....                                                                                         | 180 |
| 3.4.2.   | Conflito de atribuições .....                                                                                        | 181 |
| 4.       | ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) .....                                                                          | 185 |
| 4.1.     | Fundamento e natureza jurídica .....                                                                                 | 185 |
| 4.2.     | Requisitos.....                                                                                                      | 187 |
| 4.2.1.   | Inexistência de hipótese de arquivamento.....                                                                        | 187 |
| 4.2.2.   | Confissão formal e circunstanciada do investigado.....                                                               | 188 |
| 4.2.3.   | Infração penal sem violência ou grave ameaça.....                                                                    | 189 |
| 4.2.4.   | Pena mínima inferior a 4 (quatro) anos.....                                                                          | 189 |
| 4.2.5.   | Necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.....                                                    | 190 |
| 4.3.     | Condições .....                                                                                                      | 190 |
| 4.4.     | Vedação .....                                                                                                        | 191 |
| 4.5.     | Formalização.....                                                                                                    | 192 |
| 4.6.     | Controle judicial.....                                                                                               | 192 |
| 4.7.     | Execução, descumprimento e extinção da punibilidade .....                                                            | 193 |
| 4.8.     | Retroatividade do ANPP.....                                                                                          | 194 |
| 5.       | PODERES REQUISITÓRIOS E O ACESSO A INFORMAÇÕES E DADOS SIGILOSOS.....                                                | 195 |
| 5.1.     | Considerações iniciais .....                                                                                         | 195 |
| 5.2.     | Dados telefônicos, informações cadastrais e comunicações privadas armazenadas em dispositivos informáticos .....     | 196 |
| 5.2.1.   | Considerações gerais .....                                                                                           | 196 |
| 5.2.2.   | Dados cadastrais de identificação .....                                                                              | 197 |
| 5.2.3.   | Acesso ao conteúdo de comunicações em dispositivos informáticos .....                                                | 202 |
| 5.2.3.1. | Interceptação de diálogos em tempo real .....                                                                        | 202 |
| 5.2.3.2. | Acesso a dados e comunicações armazenadas.....                                                                       | 205 |
| 5.2.3.3. | Requerimento de “simples guarda” de registros de acesso e conexão à internet.....                                    | 209 |
| 5.2.4.   | (Des)necessidade dos instrumentos de cooperação internacional para a obtenção de dados armazenados no exterior ..... | 210 |
| 5.3.     | Geolocalização e acompanhamento em tempo real ( <i>geofencing</i> ) .....                                            | 214 |
| 5.3.1.   | Geolocalização em relação a delito já praticado .....                                                                | 214 |
| 5.3.2.   | Acompanhamento em tempo real e localização de suspeitos de delito em curso.....                                      | 217 |
| 5.4.     | Sigilo financeiro e fiscal.....                                                                                      | 221 |

|                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.5. Requisição de dados fiscais e bancários pelo Corregedor Nacional de Justiça.....                       | 223 |
| 6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS SIGILOSOS ENTRE A RECEITA FEDERAL, O COAF E OS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO PENAL..... | 224 |
| 6.1. Acesso a informações sigilosas pela Receita Federal do Brasil e pelo COAF.....                         | 224 |
| 6.2. Constitucionalidade do acesso a informações sigilosas.....                                             | 227 |
| 6.3. Compartilhamento de dados sigilosos com órgãos de persecução penal: evolução jurisprudencial.....      | 229 |
| 6.4. Compartilhamento de dados sigilosos quando inexistente RFFP ou RIF ....                                | 233 |

### **CAPÍTULO 3 – CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL..... 239**

|                                                                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL .....                                                                         | 239 |
| 1.1. Regulamentação e objetivos.....                                                                                      | 239 |
| 1.2. Controle difuso e controle concentrado .....                                                                         | 241 |
| 1.3. Controle ordinário e extraordinário.....                                                                             | 244 |
| 1.4. Órgãos controlados.....                                                                                              | 244 |
| 1.5. Abrangência da atuação .....                                                                                         | 246 |
| 1.5.1. Verificação de estabelecimentos prisionais e visita a repartições policiais.....                                   | 246 |
| 1.5.2. O controle das investigações policiais.....                                                                        | 247 |
| 1.5.3. O acesso a documentos relativos à atividade-fim policial.....                                                      | 249 |
| 1.5.3.1. A abrangência dos documentos relativos à “atividade-fim policial” .....                                          | 249 |
| 1.5.3.2. Inspeção em inquéritos policiais e documentos de natureza persecutória .....                                     | 251 |
| 1.5.3.3. A controvérsia envolvendo o acesso às Ordens de Missão Policial (OMP) .....                                      | 251 |
| 1.5.3.4. Controle externo de atividades de inteligência e os Relatórios de Inteligência da Polícia Federal (RELINT) ..... | 253 |
| 1.5.3.5. Acesso a fichas correccionais e documentos pessoais dos policiais .....                                          | 255 |
| 1.5.4. Controle da letalidade e da vitimização policiais .....                                                            | 256 |
| 1.5.5. Providências e responsabilização de agentes por irregularidades no exercício da atividade policial .....           | 258 |

### **CAPÍTULO 4 – INTRODUÇÃO À COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL ..... 263**

|                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL FEDERAL ..... | 263 |
| 2. COMPETÊNCIA CRIMINAL.....                                   | 267 |

|            |                                                                                                                    |     |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.1.       | Considerações iniciais .....                                                                                       | 267 |
| 2.2.       | Competência em razão da matéria .....                                                                              | 268 |
| 2.3.       | Competência em razão da pessoa (foro por prerrogativa de função).....                                              | 269 |
| 2.3.1.     | Considerações gerais .....                                                                                         | 269 |
| 2.3.2.     | Sentido e alcance do foro por prerrogativa na visão do STF.....                                                    | 272 |
| 2.3.3.     | Prorrogação do foro por prerrogativa de função em caso de sucessão de mandatos.....                                | 276 |
| 2.3.4.     | Prerrogativa de foro para cargos não eletivos (Magistratura e Ministério Público).....                             | 279 |
| 2.3.5.     | Foro por prerrogativa de função previsto fora da Constituição Federal .....                                        | 284 |
| 2.3.5.1.   | Considerações gerais .....                                                                                         | 284 |
| 2.3.5.2.   | Foro por prerrogativa previsto nas Constituições dos Estados em simetria ao previsto na Constituição Federal ..... | 286 |
| 2.3.5.3.   | Foro por prerrogativa previsto nas Constituições dos Estados assimétrico ao previsto na Constituição Federal ..... | 287 |
| 2.3.5.4.   | Foro por prerrogativa para autoridades municipais.....                                                             | 290 |
| 2.3.5.5.   | A Súmula Vinculante nº 45 do STF .....                                                                             | 293 |
| 2.3.6.     | Coautoria com pessoas sem foro por prerrogativa.....                                                               | 295 |
| 2.3.7.     | Prerrogativa não extensível a ações por improbidade administrativa.....                                            | 296 |
| 2.3.8.     | Prerrogativa de foro aplicada à Justiça Federal .....                                                              | 296 |
| 2.4.       | A definição da competência territorial .....                                                                       | 298 |
| 2.4.1.     | Competência territorial: considerações gerais .....                                                                | 298 |
| 2.4.2.     | CrITÉRIOS para a definição da competência territorial .....                                                        | 300 |
| 2.4.2.1.   | Teoria do resultado .....                                                                                          | 300 |
| 2.4.2.2.   | Domicílio da vítima.....                                                                                           | 301 |
| 2.4.2.3.   | Domicílio ou residência do investigado ou réu .....                                                                | 302 |
| 2.4.2.4.   | Eleição de foro na ação penal privada.....                                                                         | 303 |
| 2.4.3.     | Competência territorial nos crimes envolvendo fraudes bancárias.....                                               | 303 |
| 2.4.3.1.   | Distinção entre furto mediante fraude e estelionato .....                                                          | 303 |
| 2.4.3.2.   | Competência territorial no furto mediante fraude .....                                                             | 306 |
| 2.4.3.3.   | Competência territorial no estelionato (Lei nº 14.155/2021) .....                                                  | 308 |
| 2.4.3.3.1. | Considerações iniciais .....                                                                                       | 308 |
| 2.4.3.3.2. | Estelionato por meio de emissão de cheque sem provisão de fundos.....                                              | 310 |
| 2.4.3.3.3. | Estelionato por meio de cheque clonado, adulterado ou falsificado .....                                            | 310 |
| 2.4.3.3.4. | Competência no estelionato por meio de depósito em dinheiro ou transferência de valores.....                       | 312 |

|            |                                                                                                                           |     |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4.3.3.5. | Aplicação da Lei nº 14.155/2021 no tempo.....                                                                             | 313 |
| 2.4.4.     | Competência territorial na internalização ilícita de mercadorias envolvendo o comércio eletrônico e o serviço postal..... | 314 |
| 2.4.4.1.   | Contrabando e descaminho .....                                                                                            | 314 |
| 2.4.4.2.   | Tráfico de drogas.....                                                                                                    | 317 |
| 2.4.4.3.   | Internalização ilícita de medicamentos .....                                                                              | 319 |
| 2.4.4.4.   | Abertura de encomendas suspeitas .....                                                                                    | 321 |
| 2.4.5.     | Competência territorial nos crimes à distância .....                                                                      | 324 |
| 2.4.6.     | Competência territorial nos crimes cometidos fora do território nacional .....                                            | 325 |
| 2.4.7.     | Competência territorial nos crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves.....                                           | 325 |
| 2.4.8.     | Peculiaridades da competência territorial na Justiça Federal .....                                                        | 326 |
| 2.5.       | A definição do juízo competente: distribuição e prevenção.....                                                            | 327 |
| 2.6.       | A prevenção como critério subsidiário de definição da competência territorial.....                                        | 328 |
| 2.7.       | Conexão e continência: aspectos conceituais.....                                                                          | 331 |
| 2.7.1.     | Conexão .....                                                                                                             | 331 |
| 2.7.2.     | Continência.....                                                                                                          | 337 |
| 2.8.       | Conexão e continência entre crimes da competência federal e estadual....                                                  | 337 |
| 2.8.1.     | Incidência da Súmula 122 do STJ .....                                                                                     | 337 |
| 2.8.2.     | <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> na conexão entre crimes da competência federal e estadual.....                          | 341 |
| 2.8.2.1.   | Considerações gerais.....                                                                                                 | 341 |
| 2.8.2.2.   | Absolvição em relação ao crime federal .....                                                                              | 342 |
| 2.8.2.3.   | Desclassificação do crime federal para crime da competência da Justiça Estadual .....                                     | 346 |
| 2.8.2.4.   | Extinção da punibilidade em relação ao crime federal.....                                                                 | 353 |
| 2.8.2.5.   | <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> e criação superveniente de vara federal no local dos fatos.....                         | 354 |
| 2.9.       | Outras hipóteses de reunião de processos por conexão e continência .....                                                  | 358 |
| 2.9.1.     | Reunião de infrações de menor potencial ofensivo com outros crimes .....                                                  | 358 |
| 2.9.2.     | Reunião de processos da competência do Tribunal do Júri e de outro órgão da jurisdição comum .....                        | 359 |
| 2.9.3.     | Reunião de processos de jurisdições da mesma categoria .....                                                              | 361 |
| 2.9.4.     | Reunião de processos de jurisdições de diversas categorias.....                                                           | 364 |
| 2.9.5.     | Reunião de processos da jurisdição comum e especial.....                                                                  | 365 |
| 2.9.6.     | Exceções à unidade de processo e julgamento nos casos de conexão e continência.....                                       | 366 |
| 3.         | EFEITOS DOS ATOS PRATICADOS POR JUIZ INCOMPETENTE .....                                                                   | 369 |

|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1. Considerações gerais .....                                       | 369 |
| 3.2. Recebimento da denúncia por juiz absolutamente incompetente..... | 374 |
| 3.3. Sentença proferida por juiz absolutamente incompetente .....     | 377 |

## **CAPÍTULO 5 – MATÉRIAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 383**

|                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....                                             | 383 |
| 2. CONTRAVENÇÕES PENAIS .....                                              | 384 |
| 2.1. Contravenções penais que lesam interesse federal .....                | 384 |
| 2.2. Aparente conexão entre contravenções e crimes federais .....          | 385 |
| 2.3. Contravenção penal praticada pela Internet .....                      | 386 |
| 3. CRIMES MILITARES .....                                                  | 387 |
| 3.1. Considerações iniciais .....                                          | 387 |
| 3.2. A ampliação conceitual do crime militar .....                         | 388 |
| 3.3. Crimes militares praticados por militares inativos ou civis .....     | 396 |
| 3.4. Homicídios praticados por militares contra civis.....                 | 402 |
| 3.5. Conflito aparente de leis e especialidade da legislação militar ..... | 406 |
| 3.6. Aplicação da Lei nº 13.491/2017 no tempo .....                        | 408 |
| 4. CRIMES DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL.....                         | 410 |
| 4.1. Considerações sobre a competência criminal da Justiça Eleitoral ..... | 410 |
| 4.2. Conexão entre crimes eleitorais e federais.....                       | 413 |
| 4.3. Especialização de zonas eleitorais com competência criminal .....     | 420 |
| 5. ATOS INFRACIONAIS.....                                                  | 421 |

## **CAPÍTULO 6 – COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 425**

|                                                                                            |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....                                                             | 425 |
| 2. BENS, SERVIÇOS E INTERESSES FEDERAIS (ART. 109, IV, CF).....                            | 427 |
| 2.1. Considerações gerais .....                                                            | 427 |
| 2.2. Crimes políticos .....                                                                | 428 |
| 2.2.1. Crime político: perspectiva a partir da revogada Lei nº 7.170/1983.....             | 428 |
| 2.2.2. Lei 14.197/2021: considerações gerais.....                                          | 431 |
| 2.2.3. Competência nos crimes previstos pela Lei nº 14.197/2021 .....                      | 433 |
| 2.2.4. Competência recursal e <i>habeas corpus</i> no julgamento de crimes políticos ..... | 434 |
| 2.3. Bens, serviços ou interesses federais.....                                            | 438 |
| 2.3.1. Considerações gerais .....                                                          | 438 |
| 2.3.2. Titularidade do interesse federal.....                                              | 438 |

|            |                                                                                                              |     |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.3.3.     | Crimes envolvendo sociedades de economia mista federais .....                                                | 441 |
| 2.3.4.     | Bens federais .....                                                                                          | 443 |
| 2.3.5.     | Serviços federais .....                                                                                      | 444 |
| 2.3.6.     | Interesses federais .....                                                                                    | 446 |
| 2.4.       | Casos selecionados .....                                                                                     | 447 |
| 2.4.1.     | Extração ilegal de recursos minerais .....                                                                   | 447 |
| 2.4.2.     | Crimes envolvendo bens da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA .....                                        | 453 |
| 2.4.3.     | Crimes em detrimento da Caixa Econômica Federal .....                                                        | 455 |
| 2.4.3.1.   | Considerações gerais .....                                                                                   | 455 |
| 2.4.3.2.   | Crimes praticados em face de correspondentes bancários e casas lotéricas .....                               | 457 |
| 2.4.3.3.   | Crimes envolvendo caixas eletrônicos .....                                                                   | 458 |
| 2.4.4.     | Crimes em detrimento dos Correios (EBCT) .....                                                               | 459 |
| 2.4.4.1.   | Considerações gerais .....                                                                                   | 459 |
| 2.4.4.2.   | Agências franqueadas e “Banco Postal” .....                                                                  | 461 |
| 2.4.5.     | Crimes envolvendo interesse arrecadatário do INSS .....                                                      | 463 |
| 2.4.5.1.   | Considerações gerais .....                                                                                   | 463 |
| 2.4.5.2.   | Falsa anotação em carteira de trabalho .....                                                                 | 465 |
| 2.4.6.     | Crimes que têm como autor ou vítima servidor público federal...                                              | 466 |
| 2.4.6.1.   | Crimes praticados por servidor público federal .....                                                         | 466 |
| 2.4.6.2.   | Crimes que têm como vítima servidor público federal .....                                                    | 469 |
| 2.4.6.2.1. | O critério da relação com as funções desempenhadas....                                                       | 469 |
| 2.4.6.2.2. | Competência territorial nos crimes contra a honra de servidor público federal praticados pela internet ..... | 471 |
| 2.4.7.     | Crimes contra a fé pública federal .....                                                                     | 473 |
| 2.4.7.1.   | O critério da entidade lesada com a conduta .....                                                            | 473 |
| 2.4.7.2.   | Moeda falsa .....                                                                                            | 479 |
| 2.4.7.3.   | Interposição fraudulenta de terceiros em importação .....                                                    | 480 |
| 2.4.7.4.   | Falsificação de Carteira de Habilitação de Arrais Amador e Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) .....     | 481 |
| 2.4.8.     | Crimes contra a administração da justiça .....                                                               | 483 |
| 2.4.9.     | Competência nos crimes envolvendo verbas federais .....                                                      | 490 |
| 2.4.9.1.   | A preponderância do critério da prestação de contas .....                                                    | 490 |
| 2.4.9.2.   | Verba incorporada ao patrimônio do estado ou município...                                                    | 496 |
| 2.4.9.3.   | Inaplicabilidade das Súmulas 208 e 209 do STJ em âmbito cível .....                                          | 497 |
| 2.4.9.4.   | Crimes envolvendo recursos do SUS .....                                                                      | 500 |
| 2.4.9.5.   | Cobrança indevida de honorários por médico vinculado ao SUS .....                                            | 502 |

|                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4.9.6. Crimes envolvendo irregularidades no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 .....                                | 504 |
| 2.4.9.7. Crimes envolvendo verbas do FUNDEB .....                                                                                | 507 |
| 2.4.9.8. Crimes envolvendo imóveis financiados pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” .....                                       | 509 |
| 2.4.9.8.1. Esbulho possessório de imóvel financiado pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” .....                                  | 509 |
| 2.4.9.8.2. Venda irregular de imóvel financiado pelo “Programa Minha Casa Minha Vida” .....                                      | 511 |
| 2.4.10. Crimes envolvendo internalização ilícita de mercadoria .....                                                             | 513 |
| 2.4.10.1. Contrabando e descaminho .....                                                                                         | 513 |
| 2.4.10.1.1. Competência da Justiça Federal .....                                                                                 | 513 |
| 2.4.10.1.2. Princípio da insignificância .....                                                                                   | 516 |
| 2.4.10.1.3. Competência territorial: regra geral .....                                                                           | 518 |
| 2.4.10.1.4. Competência territorial nos crimes de contrabando e descaminho via postal ou resultante de comércio eletrônico ..... | 519 |
| 2.4.10.2. Internalização de medicamentos estrangeiros sem registro na ANVISA.....                                                | 521 |
| 2.4.10.2.1. Enquadramento típico e desproporcionalidade da pena.....                                                             | 521 |
| 2.4.10.2.2. Competência da Justiça Federal .....                                                                                 | 527 |
| 2.4.10.2.3. Competência territorial.....                                                                                         | 528 |
| 2.4.11. Crimes envolvendo telecomunicações .....                                                                                 | 530 |
| 2.4.11.1. Considerações gerais.....                                                                                              | 530 |
| 2.4.11.2. Enquadramento típico.....                                                                                              | 530 |
| 2.4.11.3. Captação clandestina de sinal de TV por assinatura: enquadramento típico e competência.....                            | 534 |
| 2.4.11.4. Princípio da insignificância.....                                                                                      | 536 |
| 2.4.12. Crimes envolvendo terrorismo (Lei nº 13.260/2016).....                                                                   | 539 |
| 2.4.12.1. Competência da Justiça Federal.....                                                                                    | 539 |
| 2.4.12.2. A identificação do ato terrorista .....                                                                                | 540 |
| 2.4.13. Competência federal em crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998)...                                                          | 543 |
| 2.4.13.1. Preservação do meio ambiente: competência comum.....                                                                   | 543 |
| 2.4.13.2. Crimes ambientais praticados em detrimento de bens da União .....                                                      | 544 |
| 2.4.13.3. Crime ambiental praticado em área protegida pela União ...                                                             | 547 |
| 2.4.13.4. Crime envolvendo espécie oficialmente ameaçada de extinção .....                                                       | 553 |
| 2.4.13.5. Falsificação de Documento de Origem Florestal – DOF .....                                                              | 555 |
| 2.4.13.6. Crimes ambientais transnacionais.....                                                                                  | 561 |

|                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4.13.7. Liberação de Organismos Geneticamente Modificados – OGM.....                                                                                 | 562 |
| 2.4.14. Crime praticado por brasileiro no exterior cujo julgamento tenha sido transferido para a jurisdição brasileira por negativa de extradição..... | 564 |
| 2.4.14.1. Vedação à extradição de brasileiro: regra e exceções.....                                                                                    | 564 |
| 2.4.14.2. O dever de extraditar ou julgar ( <i>aut dedere aut judicare</i> ).....                                                                      | 566 |
| 2.4.14.3. Jurisdição competente no território brasileiro.....                                                                                          | 568 |
| 2.4.15. Competência nos crimes praticados contra brasileiro no exterior.....                                                                           | 573 |
| 2.4.16. Competência nos crimes praticados em embaixada ou consulado estrangeiro no Brasil .....                                                        | 577 |
| 3. CRIMES TRANSNACIONAIS PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO (ART. 109, INCISO V, CF) .....                                                              | 577 |
| 3.1. Considerações iniciais .....                                                                                                                      | 577 |
| 3.2. Crimes praticados por meio da rede mundial de computadores.....                                                                                   | 580 |
| 3.2.1. Transnacionalidade nos crimes praticados por meio da internet ..                                                                                | 580 |
| 3.2.2. Crimes com viés discriminatório praticados por meio da internet .....                                                                           | 585 |
| 3.2.3. Crimes envolvendo conteúdo homofóbico praticados por meio da internet .....                                                                     | 591 |
| 3.2.4. Competência territorial nos crimes cometidos por meio da internet.....                                                                          | 594 |
| 3.2.5. Crimes praticados pela internet envolvendo violência contra a mulher .....                                                                      | 596 |
| 3.2.6. Crimes praticados por meio de canal de TV a cabo.....                                                                                           | 597 |
| 3.3. Competência da Justiça Federal nos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) .....                                                   | 597 |
| 3.3.1. Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....                                                                                          | 597 |
| 3.3.2. Competência nas condutas destinadas ao consumo pessoal de drogas (art. 28 da Lei nº 11.343/06).....                                             | 598 |
| 3.3.3. Importação clandestina de “sementes de maconha” .....                                                                                           | 603 |
| 3.3.3.1. Enquadramento típico.....                                                                                                                     | 603 |
| 3.3.3.2. A evolução do entendimento no STJ.....                                                                                                        | 608 |
| 3.3.3.3. Uso medicinal da <i>cannabis</i> : competência para concessão de salvo-conduto .....                                                          | 611 |
| 3.3.4. Transporte transnacional de folhas de coca .....                                                                                                | 614 |
| 3.3.5. Tráfico transnacional de drogas.....                                                                                                            | 615 |
| 3.3.5.1. A identificação da transnacionalidade da conduta .....                                                                                        | 615 |
| 3.3.5.2. Licitude no país de origem e transnacionalidade do tráfico ....                                                                               | 622 |
| 3.3.5.3. Concomitância entre transnacionalidade e interestadualidade.....                                                                              | 624 |
| 3.3.5.4. A competência territorial no tráfico transnacional.....                                                                                       | 625 |

|          |                                                                                                                  |     |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3.5.5. | Competência no tráfico de drogas por meio do serviço postal.....                                                 | 626 |
| 3.3.5.6. | Atuação territorial do Ministério Público Federal .....                                                          | 628 |
| 3.4.     | Competência da Justiça Federal no tráfico internacional de armas de fogo (Lei nº 10.826/03).....                 | 632 |
| 3.4.1.   | Considerações iniciais .....                                                                                     | 632 |
| 3.4.2.   | Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....                                                           | 634 |
| 3.4.3.   | Internacionalidade do tráfico de armas e munições .....                                                          | 634 |
| 3.4.4.   | Competência territorial no tráfico de armas e munições.....                                                      | 636 |
| 3.5.     | Competência da Justiça Federal no tráfico internacional de pessoas .....                                         | 637 |
| 3.5.1.   | Considerações gerais .....                                                                                       | 637 |
| 3.5.2.   | Compromisso internacional assumido pelo Brasil.....                                                              | 639 |
| 3.5.3.   | Transnacionalidade da conduta .....                                                                              | 639 |
| 3.6.     | Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo direito de crianças e adolescentes .....                    | 640 |
| 3.6.1.   | Considerações iniciais .....                                                                                     | 640 |
| 3.6.2.   | Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.....                                                           | 641 |
| 3.6.3.   | Transnacionalidade da conduta .....                                                                              | 642 |
| 3.7.     | Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo violação de direitos autorais .....                         | 643 |
| 3.7.1.   | Considerações gerais .....                                                                                       | 643 |
| 3.7.2.   | Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil .....                                                          | 645 |
| 3.7.3.   | Transnacionalidade da conduta .....                                                                              | 645 |
| 3.7.4.   | Compartilhamento de TV por assinatura por meio de <i>card sharing</i> .....                                      | 647 |
| 4.       | INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC (ART. 109, V-A, CF) .....                                         | 648 |
| 4.1.     | Considerações gerais .....                                                                                       | 648 |
| 4.2.     | Excepcionalidade e subsidiariedade.....                                                                          | 650 |
| 5.       | CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, SISTEMA FINANCEIRO E ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 109, VI, CF)..... | 656 |
| 5.1.     | Competência da Justiça Federal nos crimes contra a organização do trabalho .....                                 | 656 |
| 5.1.1.   | Crimes previstos no Título IV do Código Penal.....                                                               | 656 |
| 5.1.2.   | Redução à condição análoga à de escravo .....                                                                    | 658 |
| 5.2.     | Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo o Sistema Financeiro Nacional .....                         | 662 |
| 5.2.1.   | Aspectos conceituais do Sistema Financeiro Nacional .....                                                        | 662 |
| 5.2.2.   | Critérios para a identificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986).....          | 665 |
| 5.2.3.   | Crimes envolvendo ativos virtuais (criptomoedas).....                                                            | 673 |

|                                                                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.3. Competência da Justiça Federal nos crimes envolvendo o Mercado de Capitais .....                                     | 681        |
| 5.4. Competência da Justiça Federal nos crimes de Lavagem de Capitais.....                                                | 683        |
| 5.5. Competência da Justiça Federal nos crimes contra a ordem econômica ...                                               | 688        |
| 5.5.1. Competência federal nos crimes previstos na Lei nº 8.176/1991 ...                                                  | 688        |
| 5.5.1.1. Crimes relacionados à adulteração de combustíveis.....                                                           | 688        |
| 5.5.1.2. Usurpação de matéria-prima da União .....                                                                        | 690        |
| 5.5.2. Competência no crime contra a ordem econômica previsto na Lei nº 8.137/1990.....                                   | 691        |
| 6. CRIMES COMETIDOS A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES (ART. 109, IX, CF).....                                                | 694        |
| 6.1. Considerações iniciais .....                                                                                         | 694        |
| 6.2. Aspectos conceituais.....                                                                                            | 696        |
| 6.2.1. Conceito de aeronave .....                                                                                         | 696        |
| 6.2.2. Conceito de navio .....                                                                                            | 698        |
| 6.2.3. A extensão da expressão “a bordo de” navio e aeronaves .....                                                       | 700        |
| 6.3. Alcance territorial da competência jurisdicional brasileira nos crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves ..... | 704        |
| 6.4. Crimes cometidos a bordo de navios estrangeiros privados em passagem inocente pelo mar territorial brasileiro .....  | 709        |
| 6.5. Denúncia caluniosa de crime supostamente ocorrido no interior de aeronave ou navio .....                             | 713        |
| 7. INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO (ART. 109, INCISO X, CF) .....                                        | 715        |
| 8. CRIMES ENVOLVENDO DISPUTA SOBRE DIREITOS INDÍGENAS (ART. 109, XI, CF) .....                                            | 718        |
| 8.1. Ofensa a interesses coletivos da comunidade indígena .....                                                           | 718        |
| 8.2. Atuação da Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI .....                                                    | 722        |
| 8.3. Ilegitimidade ativa dos conselhos indigenistas em questões penais .....                                              | 723        |
| 8.4. Diretrizes para julgamento de casos criminais envolvendo indígenas .....                                             | 724        |
| 8.5. Responsabilização do réu indígena.....                                                                               | 727        |
| 8.5.1. Reconhecimento dos métodos próprios de solução de conflitos ...                                                    | 727        |
| 8.5.2. Penas restritivas de direito e privação da liberdade.....                                                          | 729        |
| <b>CAPÍTULO 7 - VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS .....</b>                                                                  | <b>731</b> |
| 1. CONTEXTUALIZAÇÃO .....                                                                                                 | 731        |
| 2. A CRIAÇÃO DE VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS NO BRASIL .....                                                            | 734        |
| 3. BASE LEGAL E CONSTITUCIONALIDADE.....                                                                                  | 738        |
| 4. COMPETÊNCIA MATERIAL DAS VARAS ESPECIALIZADAS.....                                                                     | 741        |
| 4.1. Abrangência .....                                                                                                    | 741        |

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| 4.2. Direito intertemporal .....                         | 742 |
| 4.3. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> e prevenção ..... | 744 |
| 5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL .....                         | 746 |

## **CAPÍTULO 8 – JULGAMENTO POR COLEGIADO DE JUÍZES EM PRIMEIRO GRAU ..... 747**

|                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------|-----|
| 1. INSTAURAÇÃO DE COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU .....            | 747 |
| 1.1. Contextualização .....                                   | 747 |
| 1.2. Conceito de organização criminosa .....                  | 749 |
| 1.3. Aspectos procedimentais da instauração do colegiado..... | 753 |
| 1.4. Considerações à luz do princípio do juiz natural .....   | 755 |
| 1.5. Juízes “sem rosto”? .....                                | 757 |
| 2. VARAS CRIMINAIS COLEGIADAS .....                           | 760 |

## **CAPÍTULO 9 – JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CRIMINAL ..... 763**

|                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------|-----|
| 1. BASE CONSTITUCIONAL E LEGAL .....                          | 763 |
| 2. CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO NA JUSTIÇA FEDERAL..... | 765 |
| 3. LAVRATURA DO TERMO CIRCUNSTANCIADO.....                    | 766 |
| 4. AUDIÊNCIA PRELIMINAR .....                                 | 767 |
| 5. TRANSAÇÃO PENAL (ART. 76) .....                            | 767 |
| 6. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....                   | 770 |
| 7. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ART. 89).....           | 771 |
| 8. PERÍODO DE PROVA .....                                     | 773 |
| 9. RECURSOS CABÍVEIS.....                                     | 774 |

## **CAPÍTULO 10 – EXECUÇÃO DE PENAS PELA JUSTIÇA FEDERAL ..... 777**

|                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....                                                   | 777 |
| 2. EXECUÇÃO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....                                | 779 |
| 3. EXECUÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE EM REGIME ABERTO E SEMIABERTO ..... | 780 |
| 3.1. A prisão domiciliar e a súmula vinculante nº 56 do STF.....                 | 780 |
| 3.2. Prisão domiciliar em regime aberto .....                                    | 782 |
| 3.3. Prisão domiciliar em regime “semiaberto harmonizado” .....                  | 783 |
| 3.4. A competência para a expedição do mandado de prisão .....                   | 785 |
| 4. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA .....                                               | 789 |

|                                                                                                           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.1. Alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 .....                                                  | 789        |
| 4.2. Inadimplemento da pena de multa e extinção da punibilidade.....                                      | 793        |
| 4.3. Execução da pena de multa em condenações proferidas pela Justiça Federal .....                       | 794        |
| 5. TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS .....                                                              | 797        |
| 5.1. Considerações iniciais .....                                                                         | 797        |
| 5.2. Transferência de execução da pena .....                                                              | 798        |
| 5.3. Transferência de pessoas condenadas .....                                                            | 803        |
| 5.4. Competência da Justiça Federal para a execução das penas .....                                       | 805        |
| <b>CAPÍTULO 11 – SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....</b>                                                  | <b>809</b> |
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....                                                                            | 809        |
| 2. CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO OU TRANSFERÊNCIA.....                                                          | 811        |
| 3. O PROCEDIMENTO BIFÁSICO DE INCLUSÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....                             | 814        |
| 3.1. Juízo de admissibilidade perante o juízo de origem .....                                             | 814        |
| 3.2. Fase perante o Juízo Federal corregedor do presídio federal .....                                    | 816        |
| 4. PROCEDIMENTO ABREVIADO DE INCLUSÃO EMERGENCIAL.....                                                    | 818        |
| 5. A DECISÃO DE INCLUSÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL.....                                            | 821        |
| 5.1. Fundamentação concreta .....                                                                         | 821        |
| 5.2. Extensão da cognição realizada pelo Juízo Federal .....                                              | 822        |
| 6. PRAZO DE PERMANÊNCIA E PRORROGAÇÕES.....                                                               | 823        |
| 7. RECURSOS CABÍVEIS .....                                                                                | 827        |
| 8. FORMAÇÃO DE COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU .....                                                           | 828        |
| 9. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO DA PENA OU FISCALIZAÇÃO DA PRISÃO PROVISÓRIA EM CASO DE TRANSFERÊNCIA..... | 830        |
| 10. REGIME FECHADO DE SEGURANÇA MÁXIMA (COM ISOLAMENTO E MONITORAMENTO) .....                             | 832        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                   | <b>839</b> |